

Clipping n° 819

, 28 Junho 2011 - 12:15:31

TRANSPORTES I A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou o reajuste de 5,017% nos coeficientes tarifários dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. A resolução foi publicada no dia 24 último no Diário Oficial da União e passa a valer a partir da 0h do dia 1º de julho para percursos de longa distância, acima de 75 quilômetros.

TRANSPORTES II Os coeficientes variam de acordo com o tipo de ônibus convencional com ou sem sanitário, executivo com ou sem ar condicionado e assim por diante. O percentual de reajuste se refere apenas ao coeficiente, o que significa que o preço da passagem não subirá 5,017%. O reajuste não se aplica ao serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano de passageiros, o qual será determinado em ato específico. Fonte: Agência Brasil

SAÚDE I A Secretaria de Saúde de Campinas, no interior de São Paulo, comunicou na última sexta-feira (24) ao Ministério da Saúde a suspeita de dois casos de infecção pela bactéria E.Coli na cidade. Se os exames confirmarem a suspeita, serão os primeiros casos no Brasil. A bactéria já contaminou 3.836 pessoas na Europa e provocou 45 mortes, a maioria na Alemanha.

SAÚDE II Os dois pacientes com suspeita de contaminação voltaram da Europa no dia 11 de junho e apresentaram os primeiros sintomas no dia 14. A infecção pela E.Coli causa cólicas abdominais severas e forte diarreia, muitas vezes com sangue. De acordo com o Ministério da Saúde, os dois não estão internados e passam bem. Eles já foram submetidos a exames laboratoriais para confirmar ou descartar a suspeita.

SAÚDE III A transmissão da E.Coli ocorre pelo consumo de alimentos contaminados crus ou mal cozidos ou pelo contágio via fecal-oral, quando alguém ingere água ou alimentos contaminados por micropartículas de fezes de pessoas infectadas ou quando uma pessoa leva à boca objetos contaminados. Fonte: Notícias do TST

Classes A e B crescem mais que a C, aponta estudo da FGV

As classes A e B, que representam o topo da pirâmide social, cresceram 12,8% desde janeiro de 2009, segundo estudo divulgado nesta segunda-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No mesmo período, a classe C do País cresceu cerca de 11,1% em um período de 21 meses até maio, totalizando cerca de 105,4 milhões de pessoas.

Esse desempenho segue uma tendência iniciada em 2003, proporcionada por uma série de fatores como a rápida recuperação da economia, mais acentuada nos últimos dois anos, no período pós crise financeira.

Segundo a FGV, desde 2003, o crescimento da classe C e a migração de pessoas para as classes A e B, desde 2009, ampliaram o mercado consumidor brasileiro em mais de 50 milhões de pessoas, o equivalente a mais de uma Espanha, aponta o estudo "Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira".

O crescimento da economia com uma inflação mais estabilizada, aliado a expansão do mercado de trabalho e à melhoria das condições de renda da população, com a política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, contribuíram de forma significativa com esse processo, de acordo com estudo elaborado pelos pesquisadores do Centro de Políticas Sociais da FGV.

As pessoas que estão na classe C, segundo o documento, contam com uma renda mensal familiar que varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00.

Segundo dados elaborados pela FGV, as classes A, B e C tiveram um ingresso de 48,8 milhões de pessoas entre 2003 e 2009, sendo 13,1 milhões apenas entre 2009 e maio de 2011. "Essa análise dos dados mais recentes mostra que quase a população total da África do Sul foi incorporada às classes ABC", destaca o documento.

Em contrapartida, a base da pirâmide social, formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões de pessoas em 2003 para 63,6 milhões até maio, sendo que 9,7 milhões de pessoas migraram da base social para classes mais elevadas entre janeiro de 2009 e maio de 2011. Fonte: Portal IG

Inadimplência das empresas tem maior alta em 22 meses, revela Serasa

São Paulo - A inadimplência das pessoas jurídicas cresceu 23,6% em maio deste ano em relação ao mesmo mês de 2010, segundo levantamento da empresa de consultoria Serasa Experian. É a maior alta registrada na variação anual desde julho de 2009. Segundo a Serasa, na comparação com abril deste ano, o aumento chegou a 16,2%.

De acordo com o levantamento, os protestos apresentaram o maior crescimento mensal, 26,3%, contribuindo com parcela de 10,4% do total de 16,2% do índice de inadimplência. Em segundo lugar estão os cheques devolvidos por falta de fundos, com expansão mensal de 11,2% e contribuíram com 3,8%. As dívidas com bancos aparecem com aumento mensal de 7,8% e contribuíram com 2,1% no mês.

Segundo os economistas da Serasa, os juros elevados e a desaceleração econômica, decorrentes da política monetária restritiva para controle da inflação, os impactos do aumento dos preços nos custos e o crescimento na inadimplência do consumidor já afetam a capacidade de pagamento das empresas.

O valor médio das dívidas das empresas com os bancos foi R\$ 5.049,81, de janeiro a maio, o que representa uma elevação de 5,8% ante o mesmo período de 2010. Os títulos protestados tiveram, nos cinco primeiros meses do ano, um valor médio de R\$ 1.723,59 - alta de 7% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já os cheques sem fundos apresentaram, de janeiro a maio deste ano, um valor médio de R\$ 2.058,15 - crescimento de 2,7% em relação aos cinco primeiros meses de 2010.

A inadimplência das micro e pequenas empresas foi a que menos cresceu (15,6%) na relação de maio ante abril. No caso das médias empresas, houve avanço de 28,1%, e das grandes, de 20,3%. Fonte: Agência Brasil

Novas regras sobre o trabalho das domésticas dividem opiniões

SÃO PAULO - Novas regras propostas pela convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para o trabalho de empregados domésticos divide opiniões, principalmente no que diz respeito ao pagamento de horas extras.

Se, por um lado, a advogada Fernanda Soares avalia as medidas como boas e importantes para beneficiar um grande número de trabalhadores, por outro, o advogado do Sindicato dos Empregadores Domésticos de São Paulo, Marcelo Unti, prevê que será muito difícil controlar as horas trabalhadas.

Relação diferenciada

Conforme publicado pela Agência Brasil, Unti ressalta que essa é uma situação diferenciada de trabalho, sobretudo por que é complicado para o empregador, que passa o dia todo fora, controlar quanto tempo de fato a empregada trabalhou.

Para Unti, não é possível tomar o trabalho doméstico como um emprego comum, já que tem uma flexibilidade trabalhista

muito específica.

Fiscalização

Quem tem outra perspectiva sobre o tema é a socióloga da UnB (Universidade de Brasília), Christina Gerard, que comenta o avanço que tais medidas vão proporcionar às domésticas.

Para Christina, o estabelecimento de uma jornada de trabalho vai permitir que as trabalhadoras tenham uma vida pessoal que antes não tinham. Com as medidas, as domésticas passam a ter um controle maior dos seus horários de trabalho.

A fiscalização, no entanto, será essencial para que as regras sejam cumpridas. Christina ainda pontua os problemas que o País enfrenta na questão da fiscalização. O fato de o serviço ser realizado nos domicílios complica ainda mais essa situação.

Nesse sentido, a própria doméstica, Lucimara da Silva, de 37 anos, se mostra desanimada com a evolução das medidas.

Segundo Lucimara, apesar dos benefícios garantidos a situação não irá melhorar, pois as trabalhadoras têm medo de cobrar seus direitos.

Proposta para mudar regras

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou que o governo deve enviar ao Congresso Nacional, até o fim do ano, proposta de emenda à Constituição que estende aos domésticos os mesmos direitos garantidos aos demais trabalhadores formais, como o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e seguro-desemprego, além das já mencionadas horas extras.

O envio da proposta para análise de deputados e senadores é necessário para que sejam cumpridas as recomendações da OIT sobre o trabalho doméstico, aprovadas no último dia 16. Fonte: Infomoney

Jorge Caetano Fermino